

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:
Japão**

Sumário

Introdução	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica	3
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)	4
3. Tributos abrangidos pelo benefício	4
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	4
5. Conclusão	5
Referências consultadas	5

Introdução

O Japão encontra-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços. O Japão possui dois regimes aduaneiros com desoneração de insumos importados relevantes para os fins deste memorando:

- i. Um regime de importação para processamento e exportação, no qual a importação de bens para processamento ou materiais usados para processamento é exonerada.
- ii. Um regime de importação de matérias-primas para manufatura em fábricas aprovadas pela aduana e posterior exportação, que permite a redução, isenção, ou restituição total ou parcial da tarifa aduaneira caso o produto resultante seja exportado.

A tributação indireta geral japonesa alicerça-se em um imposto sobre consumo que tem uma sistemática de crédito (*input credit*) e débito (*output debit*) em múltiplos estágios.¹ Créditos acumulados são sujeitos a compensação e restituição conforme periodicidade variável de acordo com o faturamento da empresa. A título de ilustração, empresas cujo montante de tributo no ano anterior esteve entre JPY 4 milhões (aproximadamente BRL 200 mil) e JPY 48 milhões (aproximadamente BRL 2,5 milhões) têm três declarações e pagamentos anuais, ao passo que empresas cujo montante de tributo supere JPY 48 milhões têm declarações e pagamentos mensais.² A restituição de tributos geralmente se dá de um a dois meses depois das declarações.³

Embora a exportação de bens e serviços seja isenta do imposto sobre consumo nos termos do artigo 7 da Lei do Imposto sobre Consumo (*Consumption Tax Act*), não foram encontradas evidências de exoneração do imposto sobre consumo para operações

¹ Ministry of Finance, Material on Consumption Taxation, Japan Customs, 5003 Consumption Tax Exemption on Exports (For Industries) (FAQ), National Tax Agency, Basic Knowledge, Consumption Tax.

² Ministry of Finance, Material on Consumption Taxation.

³ KPMG, Japan Indirect Tax Guide.

relacionadas a exportações, seja de forma geral, seja no caso dos regimes aduaneiros, exceto no caso de serviços de transportes de carga para exportação e certas operações financeiras para exportação, que são mencionados no artigo 7(2) da Lei do Imposto sobre Consumo.

1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica

A legislação básica que disciplina os regimes aduaneiros aqui apresentados é a Lei da Tarifa Aduaneira (*Customs Tariff Act*).

No caso do regime de importação para processamento e exportação, a importação de bens para processamento é isenta da tarifa aduaneira, desde que a exportação ocorra em até um ano, prorrogável em circunstâncias inevitáveis (artigo 17(1)(1)). Pode ser requerida garantia no montante da isenção correspondente (artigo 17(2) e artigo 13(3)). A exportação deve ser notificada e, caso não ocorra no período estabelecido ou os bens sejam utilizados para propósitos diversos, a tarifa aduaneira torna-se devida imediatamente (artigo 17(3)).

No caso do regime de importação de matérias-primas para manufatura em fábricas aprovadas pela aduana e posterior exportação, a tarifa de importação das matérias-primas pode ser reduzida, isentada, ou restituída total ou parcialmente da tarifa aduaneira caso o produto resultante seja exportado (artigo 19(1)). De forma geral, o produto deve ser exportado no prazo de dois anos da permissão de importação (artigo 19(1)). Assim como no caso do regime de importação para processamento e exportação, pode ser requerida garantia (artigo 19(2) e artigo 13(3)). Mediante aprovação aduaneira, pode ser combinada a utilização de bens importados sob o regime e outros bens (artigo 19(2) e (3) e artigo 13(4)). Quando o processo de manufatura estiver completo, o beneficiário deve notificar a aduana acerca da quantidade de matéria-prima utilizada e produtos resultantes (artigo 19(2) e 13(5)). Caso as condições para o regime não sejam cumpridas, a tarifa aduaneira torna-se devida imediatamente (artigo 19(4)), proporcionalmente aos bens que representem o descumprimento das respectivas condições (artigo 19(5) e (6)).

Além disso, caso haja uma oferta de compra do exterior a uma fábrica aprovada, caso as autoridades confirmem a dificuldade em produzir os bens para exportação a partir de matérias-primas adquiridas sob o regime as autoridades aduaneiras podem autorizar a isenção da tarifa de importação sobre importações de produtos substitutos, respeitando os limites quantitativos de acordo com as matérias-primas utilizadas (artigo 19-2(1)). Da mesma forma, caso sejam utilizadas matérias-primas importadas com pagamento da tarifa aduaneira, pode ser autorizada a restituição, desde que a permissão de importação tenha se dado em até três meses antes da exportação (artigo 19-2(2)). Há ainda, disposições para compensações entre isenções, restituições e tarifas pagas, caso haja uma combinação de situações (artigo 19-2(3) e (4)).

2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

O regime de importação para processamento e exportação opera sob a modalidade suspensão (artigo 17 da Lei da Tarifa Aduaneira). O regime de importação por fábricas autorizadas opera sob as modalidades suspensão e restituição, isoladamente ou em conjunto (artigo 19 da Lei da Tarifa Aduaneira).

3. Tributos abrangidos pelo benefício

O tributo abrangido pelos regimes é a tarifa aduaneira (artigos 17 e 19 da Lei da Tarifa Aduaneira).

4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Não foram encontradas informações sobre o percentual de exportações japonesas amparadas pelos regimes objeto deste memorando.

5. Conclusão

Os regimes japoneses objeto deste memorando não contemplam serviços associados aos bens exportados. Por outro lado, cabe ressaltar que a tributação sobre o valor agregado correspondente a tais serviços, no caso de bens exportados, pode ser restituída pouco depois das declarações (de um a dois meses). Além disso, de forma mais ampla, o Japão possui muitos acordos de livre-comércio. Estes fatores podem reduzir a importância relativa da incorporação de exonerações de tributos sobre serviços no âmbito dos regimes aduaneiros analisados.

Referências consultadas

JAPÃO, *Consumption Tax Act*, Law 108 of 1983, texto em japonês traduzido pelo Google Chrome, disponível em https://elaws.e-gov.go.jp/search/elawsSearch/elaws_search/lsg0500/detail?lawId=363AC0000000108#60, acesso em 18 de junho de 2020.

JAPÃO, *Customs Tariff Act*, latest revision 30 March 2019, texto em inglês disponível em https://www.kanzei.or.jp/kanzei_law/143AC0000000054.en.html, acesso em 18 de junho de 2020.

JAPÃO, Japan Customs, 5003 Consumption Tax Exemption on Exports (For Industries) (FAQ), disponível em https://www.customs.go.jp/english/c-answer_e/extsukan/5003_e.htm, acesso em 18 de junho de 2020.

JAPÃO, National Tax Agency, Basic Knowledge, Consumption Tax, disponível em https://www.nta.go.jp/english/taxes/consumption_tax/01.htm, acesso em 18 de junho de 2020.

JAPÃO, Ministry of Finance, Material on Consumption Taxation, disponível em inglês em https://www.mof.go.jp/english/tax_policy/tax_system/consumption/index.html#a01, acesso em 18 de junho de 2020.

KPMG, Japan Indirect Tax Guide, 1 October 2019, disponível em <https://home.kpmg/xx/en/home/insights/2019/10/japan-indirect-tax-guide.html>, acesso em 18 de junho de 2020.